



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** A Câmara Municipal de Pato Branco possui vigente a Resolução nº 4/2017, que institui o Programa Legislativo Itinerante, com o objetivo de promover a conscientização, a participação política e a cidadania.

**1.2.** O programa visa fortalecer a integração entre os munícipes e o Poder Legislativo Municipal, em consonância com o princípio democrático de que "todo poder emana do povo e por ele será exercido", conforme disposto na Constituição Federal.

**1.3.** Para sua execução, o programa prevê o deslocamento dos Vereadores a diferentes regiões do município, tanto em áreas urbanas quanto rurais, para a realização de reuniões legislativas nos respectivos locais.

**1.4.** O art. 8º, inciso I, da referida Resolução estabelece que a Câmara Municipal deve disponibilizar os equipamentos necessários para a realização dessas sessões externas.

**1.5.** Diante disso, justifica-se a presente contratação, uma vez que a Câmara não dispõe de um sistema de sonorização móvel adequado para atender às demandas do Programa Legislativo Itinerante, tornando-se essencial a locação de equipamentos para garantir a plena realização das sessões fora do plenário.

**1.6.** Além das sessões do programa, os serviços de sonorização contratados poderão atender outros eventos institucionais, conforme necessidade.

**1.7.** Entre essas demandas adicionais, destacam-se as sessões solenes para entrega de honorárias, que requerem estrutura de sonorização para garantir sua adequada realização, bem como outros eventos oficiais que possam surgir.

### **2. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**2.1.** A presente contratação tem previsão para o ano de 2025 no plano de contratações anual.

### **3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Subcontratação**

**3.1.1.** Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

#### **3.2. Sustentabilidade**

**3.2.1.** A locação está prevista para apenas 12 eventos ao longo de 12 meses, ou seja, um evento por mês, com tempo de uso reduzido.

**3.2.2.** O impacto do consumo energético sobre o gasto público e sobre o meio ambiente será mínimo e pontual, sem gerar um efeito contínuo que justifique a imposição de exigências de sustentabilidade.

**3.2.3.** A necessidade envolve um sistema de sonorização de pequeno porte, o que reduz consideravelmente o impacto ambiental e energético da contratação.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

**3.2.4.** Equipamentos menores, como caixas de som portáteis, microfones sem fio e computadores para controle de áudio, têm consumo relativamente baixo, tornando a exigência de certificações energéticas pouco relevante em termos práticos.

**3.2.5.** O princípio da proporcionalidade estabelece que as exigências do edital devem ser compatíveis com o impacto da contratação.

**3.2.6.** O princípio da razoabilidade exige que as condições impostas não causem ônus desnecessário aos licitantes, podendo restringir indevidamente a competitividade.

**3.2.7.** A economia gerada por equipamentos mais eficientes não justificaria o possível aumento do custo da locação, que poderia ocorrer se a exigência restringisse a concorrência.

**3.2.8.** Como se trata de uma locação esporádica, os possíveis ganhos de eficiência energética seriam ínfimos para justificar um critério tão restritivo.

### **3.3. Indicação de marcas/modelos**

**3.3.1.** Não se aplica.

### **3.4. Garantia da proposta**

**3.4.1.** Não se aplica.

### **3.5. Garantia da contratação**

**3.5.1.** Não se aplica.

### **3.6. Exigência de amostra/prova de conceito**

**3.6.1.** Não se aplica.

### **3.7. Conformidade com normas específicas**

**3.7.1.** Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a verificação da necessidade, a emissão e o pagamento, às suas custas, de eventual Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), quando para a realização do evento haja a necessidade da mesma, conforme disposto da Resolução CONFEA nº 1.137/2023.

**3.7.1.1.** A CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar declaração de dispensa de ART caso julgue necessário, a qual deverá ser assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA, devidamente registrado no órgão de classe competente.

**3.7.2.** 3.7.2. A CONTRATADA deverá garantir que todos os equipamentos, instalações e serviços atendam integralmente às normas técnicas vigentes, incluindo, mas não se limitando a:

**3.7.2.1.** NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (MTE).

**3.7.2.2.** Resolução CONAMA nº 1/1990 – Controle da poluição sonora.

**3.7.2.3.** Resolução CONFEA nº 1.137/2023 – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

**3.7.2.4.** Normas da ABNT, em especial:

**3.7.2.4.1.** ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão.

**3.7.2.4.2.** ABNT NBR 10151:2019 – Controle de ruído em áreas habitadas.

**3.7.2.4.3.** ABNT NBR 12289:1992 – Segurança em eventos públicos e uso de estruturas provisórias.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

**3.7.2.5.** Normas do Corpo de Bombeiros do Paraná:

**3.7.2.5.1.** NPT 041 – Medidas de Segurança para Eventos Temporários.

**3.7.2.5.2.** NPA 005 – Regularização de Eventos Temporários.

**3.7.2.6.** Demais regulamentações aplicáveis ao objeto da contratação.

**3.7.3.** Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obtenção de ART/RRT e demais laudos técnicos exigidos pelo Corpo de Bombeiros do Paraná ou outros órgãos competentes, quando aplicável, bem como a execução dos serviços em conformidade com as normas de segurança vigentes.

**3.7.4.** A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a documentação necessária para fiscalização pela CONTRATANTE, incluindo ARTs, laudos técnicos, licenças e certificações de segurança.

**3.7.4.1.** A documentação deverá ser apresentada com antecedência mínima de 1 dia antes do evento, salvo exigência distinta do órgão fiscalizador.

**3.7.5.** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades técnicas e legais, devendo esta garantir o integral cumprimento das normas aplicáveis durante toda a execução dos serviços.

**3.8. Requisitos de habilitação**

**3.8.1. Habilitação jurídica**

**3.8.1.1.** A habilitação jurídica se dará de acordo ao art. 66 da Lei 14.133/21, por meio de:

**3.8.1.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**3.8.1.1.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**3.8.1.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**3.8.1.1.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**3.8.1.1.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**3.8.1.1.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**3.8.1.1.7.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**3.8.1.2.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**3.8.1.3.** A restrição à participação de pessoa física na presente licitação fundamenta-se na necessidade de garantir segurança jurídica, eficiência na execução contratual e mitigação de riscos administrativos e trabalhistas, conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e interesse público, estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, sendo que essa exigência não é restritiva e/ou indevida, mas sim um meio de assegurar que a execução ocorra dentro dos padrões exigidos pela Administração.

### **3.8.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**3.8.2.1.** A habilitação fiscal, social e trabalhista se dará de acordo ao art. 68 da Lei 14.133/21, por meio de:

**3.8.2.1.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**3.8.2.1.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**3.8.2.1.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**3.8.2.1.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**3.8.2.1.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**3.8.2.1.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**3.8.2.2.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**3.8.2.3.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123,



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**3.8.2.4.** Nos termos do art. 68, incisos II e III, da Lei Federal nº 14.133/2021, e do art. 193 da Lei Federal nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), será exigida exclusivamente a prova de inscrição e regularidade fiscal junto às esferas estadual e municipal, de acordo com a natureza da atividade objeto da contratação e o respectivo âmbito de incidência tributária, sendo, no presente caso, no nível municipal e/ou distrital.

### **3.8.3. Qualificação técnica**

**3.8.3.1.** A qualificação técnica será exigida conforme o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pela necessidade de garantir a qualidade e a adequada execução dos serviços.

**3.8.3.2.** Essa exigência tem o objetivo de mitigar os riscos identificados na análise de risco, especialmente aqueles relacionados a falhas na execução do objeto, incluindo possíveis problemas na operação dos equipamentos que possam comprometer o desempenho e a funcionalidade do sistema de sonorização.

**3.8.3.3.** Dessa forma, a comprovação da capacidade técnico-operacional da contratada assegura que a empresa possui experiência comprovada e equipe qualificada, garantindo que os serviços sejam prestados de maneira segura, eficiente e em conformidade com as especificações do contrato, e se dará por meio de:

**3.8.3.3.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou prestação de serviço similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**3.8.3.3.1.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados relativos à prestação de serviço de sonorização de pequeno porte.

**3.8.3.3.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**3.8.3.3.3.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**3.8.3.3.4.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

### **3.8.4. Habilitação econômico-financeira**

**3.8.4.1.** Justifica-se a dispensa da habilitação econômico-financeira com base no art. 70, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o valor da presente contratação está abaixo de R\$ 15.681,39 (quinze mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), o que representa 1/4 do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou seja, abaixo de 1/4 do valor disposto no art. 75, II, da mesma Lei.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)







**3.8.4.2.** Essa decisão está em consonância com o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, garantindo que não sejam estabelecidas exigências desproporcionais à natureza e ao valor da contratação. Ainda assim, a segurança da execução contratual será preservada por meio de outros requisitos estabelecidos neste estudo, assegurando a adequada prestação dos serviços e mitigação de riscos operacionais.

### **3.8.5. Disposições gerais sobre habilitação**

**3.8.5.1.** Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**3.8.5.2.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**3.8.5.3.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**3.8.5.4.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**3.8.5.5.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **3.8.6. Documentação complementar para cooperativas**

**3.8.6.1.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**3.8.6.1.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

**3.8.6.1.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

**3.8.6.1.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

**3.8.6.1.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.

**3.8.6.1.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

**3.8.6.1.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

**3.8.6.1.6.1.** Ata de fundação.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

**3.8.6.1.6.2.** Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou.

**3.8.6.1.6.3.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

**3.8.6.1.6.4.** Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias.

**3.8.6.1.6.5.** Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais.

**3.8.6.1.6.6.** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

**3.8.6.1.6.7.** Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **3.9. Vistoria técnica**

**3.9.1.** Não se aplica.

### **3.10. Sistema de Registro de Preços**

**3.10.1.** Dadas as características da presente contratação e a imprevisibilidade na demanda pela execução dos serviços, será adotado o procedimento auxiliar de Registro de Preços, garantindo maior flexibilidade e eficiência na gestão contratual.

### **3.11. Requisitos gerais**

**3.11.1.** Os equipamentos fornecidos devem ser compatíveis com eventos de pequeno porte, com potência sonora adequada para ambientes internos e externos.

**3.11.2.** Todos os equipamentos devem estar em perfeitas condições de uso, sem falhas técnicas ou desgaste que comprometa a qualidade do serviço.

**3.11.3.** A contratada será responsável pela montagem, regulagem, operação e desmontagem dos equipamentos.

**3.11.4.** Deverá disponibilizar técnico especializado para acompanhamento durante todo o evento, garantindo ajustes conforme necessário.

**3.11.5.** A contratada deverá disponibilizar os equipamentos e a equipe técnica com antecedência mínima de 30 minutos antes do início do evento, garantindo que todo o sistema esteja plenamente operacional e ajustado, de modo a evitar atrasos ou quaisquer transtornos na execução.

**3.11.6.** O prazo de desmontagem e retirada dos equipamentos deverá ocorrer até 2 horas após o encerramento do evento.

**3.11.7.** Em caso de falha ou defeito técnico nos equipamentos durante o evento, a contratada deverá providenciar substituição imediata, garantindo a continuidade do serviço.

**3.11.8.** Os equipamentos devem passar por revisões e manutenções preventivas para evitar falhas operacionais.

## **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**4.1.** A presente contratação tem como objetivo a locação de equipamentos de sonorização para atender às necessidades da Administração, garantindo a execução de eventos institucionais com qualidade técnica, clareza sonora e confiabilidade operacional.

**4.2.** A solução contratada abrangerá não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também a montagem, operação, acompanhamento técnico e desmontagem, assegurando o funcionamento adequado durante todo o evento.

## **5. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES E VALORES**

### **5.1. Das quantidades**

**5.1.1.** Considerando a imprevisibilidade da execução da presente demanda, cuja realização dependerá predominantemente das iniciativas da nova mesa diretora, e levando em conta que, conforme já justificado neste estudo, a contratação possui uma natureza variável e não recorrente, a estimativa para o período de 12 (doze) meses será baseada em uma média de um evento por mês, totalizando 12 (doze) diárias de locação ao longo do ano.

**5.1.2.** Essa previsão busca estabelecer um parâmetro razoável para dimensionamento da contratação, sem comprometer a flexibilidade necessária para atender às demandas que surgirem ao longo da vigência da ata de registro de preços.

**5.1.3.** Destaca-se que a imprevisibilidade inerente a esta contratação decorre do fato de que sua execução está diretamente condicionada às decisões e planejamentos da mesa diretora e dos parlamentares, por estar diretamente ligada às atividades políticas e de plenário, podendo variar conforme as necessidades institucionais e as agendas legislativas.

**5.1.4.** Diante dessa particularidade, não é possível utilizar o histórico de anos anteriores como referência para estimativa de demanda, uma vez que as ações futuras não possuem caráter fixo ou previsível.

**5.1.5.** Essa característica reforça a necessidade de flexibilidade contratual, permitindo que a Administração responda de forma eficiente às demandas institucionais, sem comprometer a economicidade e a transparência do processo.

### **5.2. Dos valores**

**5.2.1.** Os valores relativos à presente contratação são os abaixo relacionados, os quais são resultado de pesquisa de preços de mercado, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Item	Und.	Qnt.	Descrição	Valor unitário	Total
1	Und.	12	Serviço de sonorização de pequeno porte, compreendendo: Conjunto de 4 (quatro) caixas de som de no mínimo 500 watts rms cada (ativas ou passivas), com 4 (quatro) pedestais de elevação. 1 (uma) mesa de som de 16 canais, com saída da áudio para gravação/transmissão em p10 ou XLR. 1 (uma) potência de som de no mínimo 2.000 (dois mil) watts rms, no caso de fornecimento de caixas passivas. 11 (onze) microfones dinâmicos cardioides com ou sem fio. 2 (dois) microfones	R\$ 1.151,65	R\$ 13.819,80



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)







			dinâmicos cadióides sem fio. Suportes (pedestais) para microfones, quando necessário. Todos os materiais, equipamentos, cabeamentos, suportes etc., necessários para o perfeito funcionamento do sistema. Técnico operador responsável pela montagem, desmontagem, regulagem, operação e acompanhamento do funcionamento durante o evento.		
<b>Total global</b>					<b>R\$ 13.819,80</b>

**5.3.** Por tratar-se de contratação a ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, as quantidades indicadas são meramente estimativas, não assegurando à contratada qualquer direito à contratação integral do quantitativo registrado, estando a efetivação das aquisições sujeita à necessidade e conveniência da Administração.

## **6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**6.1.** Para a presente contratação, serão analisadas as seguintes alternativas de solução para a demanda: (i) aquisição de equipamentos; e (ii) locação de sonorização.

### **6.1.1. Aquisição de equipamentos**

**6.1.1.1.** Para a presente solução, devem ser considerados diversos aspectos que impactam a viabilidade da aquisição dos equipamentos de sonorização, tais como:

- 6.1.1.1.1.** Compra da totalidade dos equipamentos;
- 6.1.1.1.2.** Necessidade de manutenção periódica;
- 6.1.1.1.3.** Transporte;
- 6.1.1.1.4.** Capacitação técnica para montagem e operação; e
- 6.1.1.1.5.** Armazenamento adequado dos itens.

**6.1.1.2.** A compra dos equipamentos envolve dois fatores iniciais que impactam diretamente a Administração: a necessidade de um alto investimento inicial para a aquisição e o risco de obsolescência tecnológica, exigindo reposição e atualização periódica. O setor de sonorização evolui rapidamente, o que pode tornar os equipamentos adquiridos ultrapassados em poucos anos, comprometendo a eficiência do serviço prestado.

**6.1.1.3.** Além disso, a opção pela aquisição exige manutenção periódica dos equipamentos, resultando em custos contínuos com manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e pagamento de horas técnicas para esses serviços. Isso demandaria a realização de uma contratação específica para manutenção, gerando um custo adicional e um processo administrativo próprio para sua gestão.

**6.1.1.4.** Outro fator crítico é a necessidade de transporte dos equipamentos. Como a Administração não possui veículo adequado nem equipe disponível para essa função, seria necessário fretar transporte sempre que houvesse eventos, o que também exigiria uma nova contratação específica.

**6.1.1.5.** A operação dos equipamentos requer um técnico capacitado para montagem, regulagem e ajustes técnicos durante os eventos. Isso demandaria a



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





disponibilização de um servidor capacitado, além de treinamentos contínuos para atualização técnica. A sobrecarga de atribuições para o setor responsável poderia comprometer a eficiência operacional e gerar impactos na rotina administrativa.

**6.1.1.6.** Além disso, a Administração precisaria garantir um espaço adequado para o armazenamento e conservação dos equipamentos, protegendo-os contra umidade, poeira e outros fatores que possam comprometer seu funcionamento. No momento, não há disponibilidade de espaço próprio adequado, o que exigiria o aluguel de um local específico, acarretando mais um custo e a necessidade de outra contratação.

**6.1.1.7.** Outro ponto relevante é a depreciação dos bens adquiridos. Equipamentos eletrônicos possuem vida útil limitada e, com o tempo, exigem substituição periódica, o que gera novos custos e necessidade de planejamento financeiro para futuras aquisições.

**6.1.1.8.** Por fim, é importante considerar que a demanda pelos serviços de sonorização é altamente sazonal e imprevisível, com uma estimativa relativamente baixa de eventos ao longo do ano. Isso significa que os equipamentos poderiam permanecer grande parte do tempo ociosos, sem justificativa econômica para o alto investimento inicial e os custos operacionais associados.

**6.1.1.9.** Diante dessas inúmeras desvantagens, como a necessidade de múltiplas contratações interdependentes para transporte, manutenção, armazenagem e operação, além dos custos elevados e da complexidade de gestão, verifica-se que a aquisição dos equipamentos não é a solução mais adequada para a Administração. A imprevisibilidade da demanda reforça a necessidade de uma alternativa mais flexível e economicamente viável, garantindo eficiência e qualidade na prestação do serviço sem comprometer recursos públicos desnecessariamente

## **6.1.2. Locação de sonorização**

**6.1.2.1.** Sim, alguns pontos podem ser adicionados para fortalecer a argumentação e garantir uma justificativa ainda mais robusta para a escolha da locação. Seguem as sugestões complementares.

**6.1.2.2.** Diferentemente da aquisição de equipamentos, a locação de equipamentos de sonorização transfere à contratada todas as responsabilidades relativas ao transporte, montagem, operação, depreciação, armazenagem, manutenção, conhecimento técnico e custos de aquisição.

**6.1.2.3.** Neste modelo, a contratante mantém sempre equipamentos atualizados, em perfeito funcionamento e com alta qualidade técnica de som, uma vez que a contratada deve atender integralmente às especificações da contratação.

**6.1.2.4.** A locação seria inviável se houvesse uma necessidade de alta demanda, o que não se aplica ao presente caso, tornando essa solução a mais adequada devido à baixa estimativa de uso.

**6.1.2.5.** Além disso, a locação elimina a necessidade de contratações adicionais para manutenção, transporte e armazenagem, reduzindo custos administrativos e operacionais. O modelo também oferece maior previsibilidade orçamentária, permitindo que os gastos ocorram somente quando houver demanda real, evitando investimentos desnecessários em equipamentos que poderiam permanecer ociosos durante grande parte do tempo.

**6.1.2.6.** Outro ponto relevante é a flexibilidade operacional proporcionada pela locação, permitindo que a Administração tenha acesso a equipamentos modernos e





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

compatíveis com diferentes tipos de eventos, sem se preocupar com a necessidade de atualizações tecnológicas ou com a reposição de equipamentos depreciados.

**6.1.2.7.** Em comparação com o modelo de aquisição, a locação se mostra uma alternativa mais eficiente, proporcional, eficaz e econômica para a Administração, alinhando-se às justificativas já apresentadas e garantindo maior flexibilidade, otimização dos recursos públicos e redução de riscos operacionais.

## **7. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO, DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**7.1.** A presente contratação, devido às suas características, não permite o parcelamento, uma vez que se trata de uma contratação composta por item único.

**7.2.** Em relação à modalidade de licitação, considerando que se trata de um bem comum, a contratação enquadra-se na modalidade pregão eletrônico, conforme disposto na legislação vigente.

**7.3.** Quanto ao critério de julgamento, a melhor adequação ao objeto é a escolha pelo menor preço, garantindo economicidade e eficiência na seleção da proposta mais vantajosa.

## **8. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**8.1.** A presente contratação busca garantir a adequada prestação dos serviços de sonorização para eventos institucionais, proporcionando qualidade técnica, eficiência operacional e economicidade.

**8.2.** Com a adoção do modelo de locação de equipamentos e serviços especializados, pretende-se alcançar os seguintes resultados.

**8.2.1.** Eficiência na execução dos eventos.

**8.2.2.** Disponibilização de equipamentos modernos e compatíveis com as necessidades institucionais.

**8.2.3.** Garantia de clareza sonora e qualidade técnica, evitando falhas ou interferências durante os eventos.

**8.2.4.** Atendimento tempestivo das demandas, com montagem, operação e desmontagem eficientes.

**8.2.5.** Redução de custos e otimização de recursos.

**8.2.5.1.** Eliminação da necessidade de investimento inicial elevado na aquisição de equipamentos

**8.2.5.2.** Redução de custos com manutenção, transporte, armazenamento e reposição de equipamentos depreciados.

**8.2.5.3.** Gastos proporcionais à demanda, garantindo previsibilidade orçamentária.

**8.2.6.** Flexibilidade e adequação às necessidades.

**8.2.6.1.** Capacidade de adaptação da contratação conforme a quantidade e complexidade dos eventos.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

**8.2.6.2.** Acesso contínuo a equipamentos atualizados, sem preocupação com obsolescência tecnológica.

**8.2.6.3.** Redução da carga administrativa com eliminação da necessidade de contratações interdependentes.

**8.2.7.** Atendimento às normas técnicas e regulatórias.

**8.2.7.1.** Garantia de conformidade com as normas da ABNT, CREA e Corpo de Bombeiros, incluindo a NBR 5410:2004, NBR 10151:2019 e NBR 12289:1992.

**8.2.7.2.** Redução de riscos operacionais e cumprimento das exigências de segurança e qualidade

**8.2.8.** Garantia de suporte técnico especializado.

**8.2.8.1.** Disponibilidade de equipe capacitada para instalação, regulagem, operação e desmontagem dos equipamentos.

**8.2.8.2.** Atendimento imediato a eventuais falhas técnicas, garantindo continuidade e confiabilidade nos eventos.

**8.2.8.3.** Redução de responsabilidade técnica da Administração, transferindo a obrigação de funcionamento e manutenção à contratada.

**8.3.** Com base nesses objetivos, espera-se que a presente contratação resulte em um serviço de alta qualidade, eficiente e alinhado às necessidades institucionais, garantindo segurança, flexibilidade e economicidade para a Administração.

## **9. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**9.1.** Não se fazem necessárias providências prévias à assinatura do contrato, uma vez que o corpo de servidores da Casa relacionados à execução contratual encontra-se devidamente capacitado e capaz para conduzir a execução do mesmo.

## **10. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

**10.1.** Para a presente solução, identificam-se as seguintes contratações correlatas ou interdependentes:

**10.1.1.** Mestre de cerimônias;

**10.1.2.** Gravação de sessões;

**10.1.3.** Interpretação em Libras;

**10.1.4.** Confecção de honrarias; e

**10.1.5.** Internet para transmissão de sessões.

**10.2.** As contratações mencionadas complementam e integram a cobertura da presente demanda, garantindo a adequada execução dos eventos institucionais.

**10.3.** Entre elas, apenas a internet móvel para localidades que não possuem infraestrutura adequada não está disponível na estrutura atual da Casa.

**10.4.** Diante disso, recomenda-se a análise, em conjunto com o departamento competente, da viabilidade de sua contratação para assegurar a transmissão eficiente das sessões.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





# 11. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEL IMPACTOS AMBIENTAIS

12. A contratação de serviços de locação de equipamentos de sonorização pode gerar impactos ambientais diretos e indiretos, especialmente relacionados ao consumo de energia, resíduos eletrônicos e poluição sonora.

13. No tópico REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste estudo, também são abordados requisitos de sustentabilidade, os quais complementam e as diretrizes estabelecidas no presente tópico, garantindo uma contratação alinhada às melhores práticas ambientais, econômicas e sociais.

14. Dentre os impactos, destacam-se os seguintes.

Impacto Ambiental	Descrição	Medidas de Mitigação
Consumo de Energia Elétrica	O funcionamento dos equipamentos de sonorização pode gerar alto consumo de energia, aumentando o impacto ambiental.	Utilização de equipamentos com eficiência energética, garantindo menor consumo elétrico e maior economia.
Geração de Resíduos Eletrônicos	Substituição de cabos, microfones, baterias e componentes eletrônicos pode gerar resíduos que exigem descarte adequado.	Exigir declaração da empresa contratada de que cumpre com o descarte e reciclagem de equipamentos eletrônicos de acordo às exigências legais e normativas.
Poluição Sonora	Excesso de ruído pode causar desconforto à população e impactar a fauna em áreas sensíveis.	Garantir que o serviço de sonorização atenda aos limites estabelecidos pela ABNT NBR 10151/2019 e normas ambientais locais.
Emissões de Carbono Associadas ao Transporte	O transporte frequente dos equipamentos pode gerar emissões de CO <sub>2</sub> , aumentando o impacto ambiental.	Otimizar a logística de transporte para reduzir deslocamentos desnecessários e incentivar o uso de veículos menos poluentes.
Uso de Materiais e Recursos Naturais	A fabricação e manutenção dos equipamentos de som demandam extração de metais, plásticos e outros insumos, gerando impacto ambiental.	Exigir declaração da empresa de que adota práticas sustentáveis na manutenção, utilizando materiais recicláveis e processos menos poluentes.

# 15. DA ANÁLISE DE RISCOS



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)







**15.1.** Para a presente contratação, vislumbra-se os seguintes possíveis riscos específicos:

<b>Risco Identificado</b>	<b>Descrição</b>	<b>Impacto Potencial</b>	<b>Medidas de Mitigação</b>
Atraso na entrega dos equipamentos e montagem inadequada	A contratada pode não disponibilizar os equipamentos ou atrasar a montagem, prejudicando o evento	Comprometimento do evento, impacto na imagem institucional e necessidade de soluções emergenciais	Definir prazos rigorosos no contrato, prever aplicação de penalidades e exigir equipe técnica qualificada
Falha técnica nos equipamentos durante o evento	Problemas com microfones, caixas de som, mesa de áudio ou cabeamento podem comprometer a sonorização	Ruído, falhas na comunicação do evento e necessidade de substituição emergencial de equipamentos	Exigir da contratada equipamentos revisados e testados previamente, além de suporte técnico presencial durante os eventos
Não conformidade com normas técnicas e regulatórias	Equipamentos e instalações podem não atender às exigências da ABNT, Corpo de Bombeiros e demais normas aplicáveis	Riscos de penalidades legais, interdição do evento e insegurança para os participantes	Garantir no contrato que a empresa siga todas as normas vigentes e exija documentação de conformidade e ART, quando aplicável
Problemas na operação dos equipamentos	Falta de capacitação da equipe técnica pode resultar em som de baixa qualidade, ruídos ou falhas na transmissão	Redução da qualidade do evento e reclamações dos participantes	Exigir atestado de capacidade técnica da empresa, para garantir a qualidade dos serviços
Desistência ou rescisão contratual pela empresa prestadora	A empresa pode abandonar a execução do contrato antes do término da vigência	Interrupção do serviço, necessidade de contratação emergencial e impacto no cronograma de eventos	Prever cláusulas de penalidades e rescisão no contrato, além de manter cadastro reserva de fornecedores
Incompatibilidade dos equipamentos com o ambiente do evento	Espaço físico inadequado pode comprometer a qualidade acústica e eficiência da sonorização	Som de baixa qualidade, problemas de eco ou distorções	Realizar vistorias técnicas prévias para verificar a adequação do ambiente e necessidade de ajustes
Imprevistos logísticos	Problemas com	Atraso na montagem,	Planejamento logístico



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO**

e climáticos	transporte, trânsito ou condições climáticas podem afetar a instalação dos equipamentos	cancelamento do evento ou necessidade de reprogramação	antecipado, previsão de plano B em caso de condições adversas e exigência de seguro por parte da contratada
--------------	---	--	---

## **16. DOS ITENS DESTE ESTUDO PRELIMINAR**

**16.1.** Com base nos itens arrolados neste estudo preliminar, é possível aferir as principais características da presente contratação, pelo que se justifica a não contemplação de todos os incisos do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, com base no disposto no § 2º do mesmo artigo da Lei, bem como no disposto no § 2º do art. 2º do Decreto Municipal nº 9.604/2023.

## **17. DA CONCLUSÃO**

**17.1.** Diante do exposto, conclui-se que a locação de equipamentos de sonorização é a opção mais vantajosa, considerando todo o ciclo de vida do objeto e as necessidades operacionais da Administração. Essa escolha se fundamenta na análise detalhada apresentada neste estudo, que comparou diferentes alternativas e demonstrou que a locação proporciona maior eficiência, economicidade e flexibilidade.

**17.2.** Além de eliminar a necessidade de alto investimento inicial, a locação transfere à contratada as responsabilidades relativas à manutenção, transporte, armazenamento e operação dos equipamentos, garantindo acesso contínuo a tecnologias atualizadas e serviços especializados.

**17.3.** Dessa forma, a locação do sistema de sonorização se mostra a solução mais eficiente, econômica, proporcional e eficaz para atender à presente demanda, permitindo que a Administração atue com segurança, previsibilidade orçamentária e otimização de recursos públicos.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1508



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [administracao@patobranco.pr.leg.br](mailto:administracao@patobranco.pr.leg.br)

